timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 137 JUNHO 1997

FRÁGIL MAS INTRANSIGENTE

A Indonésia parte para a 9ª ronda negocial numa posição de fragilidade. Mas, por isso mesmo, não abdica da sua intransigência.

Fontes diplomáticas anunciaram já a realização da 9ª ronda negocial entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, sobre o problema de Timor Leste.

O encontro, o primeiro após a tomada de posse de Kofi Annan como SG, decorrerá em 19 e 20 de Junho, em Nova Iorque.

FRÁGIL

O regime indonésio parte para esta ronda numa posição de grande fragilidade.

Jacarta tem, à partida, contra si a recente derrota na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Isso mesmo foi reconhecido pelo seu embaixador junto das Nações Unidas, em Genebra, no final da votação que aprovou uma Resolução manifestando «*profunda preocupação*» pelo comportamento das autoridades indonésias em Timor Leste. E porque na base dessa condenação estava o reconhecimento de que Jacarta não tem respeitado os acordos que tem estabelecido no âmbito da CDH.

O actual momento internacional onde pontificam as campanhas pela moralização do comércio de armas, contra a sua venda a regimes repressivos que as utilizam quer contra o seu próprio povo quer em agressões a povos vizinhos, deixam também muito mal colocado o regime indonésio. As recentes declarações do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Robin Cook, de «*pôr os direitos humanos no centro da política externa*» ou a iniciativa de um grupo de laureados com o Prémio Nobel da Paz de proporem um "Código Internacional de Conduta" para a venda de armas, são um dedo acusador apontado ao regime de Jacarta mas também a todos aqueles que, à sombra dos pragmatismos, têm alimentado - e preservado - aquela ditadura.

INSTÁVEL

Por outro lado, o desenrolar do processo eleitoral indonésio não correu de forma a beneficiar o regime. Os meios de comunicação social, particularmente os ocidentais, citando muitas vezes fontes diplomáticas acreditadas na capital indonésia que se escondem atrás do anonimato, criticaram o comportamento das autoridades em todo o processo. Os confrontos de rua, a violência policial, o elevado número de mortes, foram apenas os efeitos mais "fotogénicos" de um clima social onde a ausência de liberdade, de pensamento e de acção, deixa poucas alternativas.

Concebido com o fim de transmitir para o exterior uma imagem democrática do regime autoritário, a verdade é que esta última vertente é a que ressalta. São cada vez mais os mecanismos de coerção que vingam em detrimento dos mecanismos de consenso. O que não pode deixar de incomodar os centros de decisão internacionais que receiam, face à impotência demonstrada pelo regime em se renovar e modernizar, que a situação degenere e saia fora de controlo.

O facto de sectores democráticos indonésios terem sido capazes, apesar de todas as ameaças e intimidações, de pôr de pé e a funcionar durante todo o processo eleitoral a *KIPP* (Comissão Independente para Acompanhamento das Eleições), com 8.000 voluntários em 609 locais de voto em 13 cidades da Indonésia, e a receptividade que a mesma encontrou internacionalmente, são bem o sinal disto mesmo.

Quer a *Radio Australia*, quer a *Voice of America*, por exemplo, deram largo destaque às denúncias da *KIPP* de irregularidades cometidas pelas autoridades só no dia das eleições (29 de Maio): recenseados que votaram por duas vezes, não-recenseados que também votaram, intimidação dos eleitores por parte dos delegados do *Golkar*, o partido do poder, votos

neste número:

FRÁGIL E INTRANSIGENTE

R.UNIDO: VER PARA CRER

IGREJA CATÓLICA: DIFICULDADES

contados "às escondidas", expulsão das mesas de voto de delegados dos outros dois partidos legalizados, foram alguns dos exemplos dados das fraudes praticadas pelas autoridades e seus funcionários.

«*Devido ao facto de as eleições serem organizadas pela burocracia e de esta ser obrigada a manter uma alta percentagem de votação no Golkar, houve uma tendência sistemática para violar as regras*», comentou Goenawan Mohamad, presidente da *KIPP* (*VOA*, 30/5/97).

INGOVERNÁVEL

A actual situação em Timor Leste mostra que o território se tornou ingovernável pelo regime indonésio. Este pode oprimir, reprimir, massacrar, abrir estradas para os seus camiões carregados de soldados circularem, construir escolas para ensinar a sua língua e a sua cultura, mas não consegue governar. Isto é, não consegue impor a "sua solução".

A luta desceu da montanha em finais da década de 80 e agora, em finais da década de 90, põe em cima da mesa mais uma carta. A guerrilha já não é algo que se encontra distante, nos picos do Ramelau, mas tece as suas malhas nos bairros suburbanos de Díli ou nos acessos a Baucau, a segunda cidade do país.

A operação desencadeada pela Resistência na noite que antecedeu o dia da votação teve ainda um segundo significado político importante. Foi um xeque-mate à proposta formulada em 87 por Jacarta de aproveitamento das eleições indonésias para, em função do número de votantes, validar a integração de Timor Leste na Indonésia.

INEGOCIÁVEL

Em duas questões deve Portugal ser firme e, com a sua firmeza, capitalizar a seu favor a anunciada disponibilidade do Secretário-Geral para encontrar uma rápida solução para o problema.

A primeira é a da libertação de todos os presos políticos timorenses. Esta exigência tem vindo a abrir caminho pela mão da opinião pública internacional e consta das resoluções e declarações de consenso aprovadas nos últimos anos em Genebra pela CDH.

Não se pode aceitar que Alatas e o seu bagageiro Lopes da Cruz se refiram aos presos políticos como vulgares criminosos de delito comum, quando, aliás, não foi assim que os trataram quando os prenderam.

A segunda questão diz respeito aos encontros intra-timorenses, uma inegável vitória da diplomacia de Lisboa. Mas como o segundo e último destes encontros mostrou, o seu formato tem de ser revisto, isto é a Indonésia tem que ser afastada deles, tem de deixar de interferir e condicionar o desenrolar dos seus trabalhos.

Bastavam algumas medidas simples para assegurar a sua autonomia, para melhorar os seus conteúdos: acabar com as gravações audio e/ou vídeo que alguns participantes fazem das reuniões; acabar com o "vai-e-vém" da mulher de Lopes da Cruz a trazer e a levar recados para o embaixador indonésio que aguarda no exterior; acabar com os atrasos na emissão dos vistos e bilhetes das vozes incómodas para Jacarta que as impedem de participar nas reuniões. Ou seja, a ONU não pode ter um papel passivo, de simples observador, na forma como decorrem os encontros. Só se assim se poderá garantir que estes tragam valor acrescentado às rondas negociais.

Mas Portugal - a sua diplomacia, a sua opinião pública - tem de estar preparado porque as fragilidades da Indonésia apenas significam mais intransigência da sua parte. Apesar da duração desta ronda estar prevista para dois dias (o que já é uma inovação relativamente às anteriores) não é, no entanto, de esperar o anúncio público de acordos que alterem visivelmente o quadro em que se têm desenrolado as conversações.

Firmeza e perseverança é o que se exige a Portugal.

VER PARA CRER

No passado dia 12 de Maio, o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) britânico, Robin Cook, realizou uma conferência de imprensa na qual apresentou as linhas principais da sua acção futura à frente do referido Ministério.

Disse então: «*A nossa política externa tem de ter uma dimensão ética e tem de apoiar a exigência de outros povos de respeito pelos direitos democráticos, os quais nós defendemos para o nosso país. O Governo trabalhista vai pôr os direitos humanos no centro da nossa política externa e vai publicar um relatório anual sobre o nosso trabalho, promovendo os direitos humanos no estrangeiro*».

Acerca da política de vendas de armas o referido ministro afirmou que o governo trabalhista vai dar maior atenção ao controlo dessas vendas e ao desarmamento.

De acordo com os dados apurados, estas declarações foram alvo de uma cobertura maciça por parte da imprensa britânica tendo a grande maioria dos comentários, discussões e entrevistas realizadas mencionado a Indonésia como o exemplo concreto do país-alvo para testar esta nova política, particularmente no que se refere ao cancelamento de venda de armas. Contudo, Robin Cook recusou-se a referir qualquer aspecto específico sobre quais os países onde esta política vai ser aplicada.

Aguarda-se com expectativa os próximos dias, já que pedidos de licença para venda à Indonésia de material de guerra, como caças *Hawk*, devem ser alvo de análise e decisão ainda no decurso do mês de Junho (*The Independent*, 16/5/97).

«*É provável que o governo trabalhista encoraje a indústria da BA (...). Mas mesmo que a licença de exportação de caças Hawk seja aprovada, o mesmo é menos provável de acontecer no caso de veículos militares Alvis. (...). Outras fontes adiantam ainda que ao repensar a política de exportação de armas para a Indonésia, é provável que o Ministério dos Negócios Estrangeiros inglês siga os Estados Unidos na proibição de venda de equipamento usado para repressão interna*» (*The Guardian*, 17/5/97).

No entanto, de acordo com Mike Codner, do *Royal United Services Institution*, «*tendo em conta que o maior competidor da Grã-Bretanha* [relativamente ao comércio de armamento] *é a Europa, qualquer coisa que possa ser acordada por este governo será incipiente até que haja mais coordenação na política de cooperação da União Europeia*» (*The Guardian*, 17/5/97).

PROBLEMAS PARA A IGREJA CATÓLICA

A Igreja Católica indonésia sempre teve dificuldades em lidar com o conflito em Timor Leste. Nos últimos tempos tem aparecido a apelar a um "diálogo aberto".

Timor Link é uma publicação do *CIIR* (*Catholic Institute for International Relations*), uma ONG ligada à Igreja Católica britânica que vem desenvolvendo trabalho de solidariedade com a causa timorense.

Na sua última edição (Abril 1997) publicou um artigo do padre Pat Smythe, que visitou o território o ano passado, onde este aborda as dificuldades da Igreja Católica indonésia em lidar com o conflito em Timor Leste. Depois de expôr as conflitualidades a que ela se encontra sujeita - espelho dos próprios impasses que atravessam a sociedade indonésia - Smythe nota a discreta infleção que hoje se observa nas posições da alta hierarquia católica indonésia.

ESTRITAMENTE PASTORAL

«Quando João Paulo II visitou Timor Leste em 1989 insistiu em que a Igreja Católica local deveria ser administrada directamente pelo Vaticano, através de um "administrador apostólico", presentemente D. Ximenes Belo. Este foi um gesto de não-reconhecimento da pretensão indonésia de soberania sobre Timor Leste.

Durante a missa em Tacitolo, o Papa, o único chefe de Estado que visitou Timor Leste além de Suharto, apelou à reconciliação e pediu respeito pelos direitos humanos e pelas tradições culturais dos Timorenses. Reconheceu também, a identidade nacional dos timorenses nos seus sucessivos encontros com embaixadores indonésios.

Já em Fevereiro de 1996 o Presidente do Conselho Pontifício Justiça e Paz, Cardeal Etchegaray, esteve em Díli e apelou a um diálogo franco para resolver o conflito.

No final dos anos 70 e início dos 80 as comunidades católicas indonésias forneceram uma generosa ajuda humanitária a Timor Leste. A vizinha diocese de Atambua em Timor ocidental foi uma das muitas que deram recursos materiais e humanos para a Igreja local; e padres, religiosos e leigos indonésios continuam a servir em Timor Leste.

Mas o apoio às aspirações políticas dos timorenses tem estado menos em evidência.

Embora, ocasionalmente, bispos indonésios juntem a sua voz à do governo, pedindo que a diocese de Díli seja integrada na Conferência Episcopal Indonésia, a Igreja Católica indonésia em Timor Leste aceita o ponto de vista do seu governo sobre a situação política e restringe a sua acção a assuntos "estritamente pastorais".»

O EFEITO PROPAGANDA

«Uma das razões para este facto é a propaganda governamental que apresenta a resistência timorense como comunista e a sua luta como uma rebelião separatista levada a cabo por uma minoria intransigente e fanática.

A Igreja, apesar dos seus canais privilegiados, não escapa a ela. Por isso, os esforços dos timorenses em preservar a sua identidade nacional e expressar o seu direito fundamental à autodeterminação não têm sido devidamente apreciados por muitos indonésios, mesmo nas Igrejas Católica e Protestante.

Igualmente importante é o facto de a comunidade Cristã indonésia ser muito minoritária (9%), numa imensa maioria muçulmana (87%), tendo a Igreja que se comportar prudentemente para manter a sua relativa liberdade.

Não há dúvida que todas as igrejas se sentem vulneráveis e muitos questionam se um confronto com o regime, numa questão eminentemente política, traria alguma vantagem ou se não conduziria antes a maiores restrições.»

PERSPECTIVAS DIFERENCIADAS

«No entanto, sempre houve defensores, pelo menos dentro da Igreja Católica, de uma posição crítica. Consideram que a Igreja tem o direito e o dever de falar alto e claro sobre as ofensas à justiça e à liberdade, seja em Timor Leste ou na Indonésia.

Mas outros discordam. Uma "carta aberta" do Cardeal Darmaatmadja ao governo, pedindo uma investigação sobre as causas da violência em 27 de Julho de 1996 em Jacarta [invasão e ocupação da sede do PDI pelas forças de segurança] *foi recebida na comunidade Católica com sentimentos contraditórios: nas ilhas de leste as pessoas ficaram desiludidas com o tom cuidadoso, mas em Java foi saudada pela mesma razão.*

Em Fevereiro de 97 o mesmo Cardeal criticou a "abordagem preventiva" usada pelas autoridades em Timor Leste, salientando que ela tinha "falhado na redução das tensões [ou] na abordagem das questões de fundo". Apelou a um "diálogo aberto", que incluísse um largo espectro de sensibilidades timorenses.

Também na sua Carta Pastoral, os bispos indonésios pediram uma "profunda introspecção, porque após 20 anos de integração há ainda timorenses que não a vivem". Ao declararem que "a chave para a pacificação passa pela criação de um ambiente social onde o povo de Timor Leste sinta a sua identidade histórica, cultural e religiosa reconhecida e salvaguardada", frisaram também a importância de ouvir "as verdadeiras aspirações dos timorenses".

Em Timor Leste, onde os direitos humanos fundamentais são continuamente violados ou frustrados pelos agentes do governo Indonésio, a Igreja é a única instituição com força política para dar voz às aspirações do povo. Que tem recebido um apoio bem maior dos crentes distantes que dos que são seus vizinhos.

Para bem de todo o povo timorense - e da Indonésia - é importante reduzir o fosso entre estas perspectivas. E isto requer mais comunicação e apreço mútuo entre as Igrejas irmãs.»

BRASIL: 25 DE ABRIL INCOMPLETO

O grupo de solidariedade *Clamor por Timor* preparou, no passado dia 25 de Abril, na Casa de Portugal em São Paulo, uma celebração do aniversário da "revolução dos cravos" que se centrou na questão de Timor, sob o lema «*enquanto todas as ex-colónias não gozarem de democracia, a revolução não terá conseguido o seu objectivo*».

Esta iniciativa contou com a presença da actriz brasileira Lucélia Santos, conhecida em Portugal, nomeadamente pelo seu desempenho na telenovela "Escrava Isaura", a qual tem participado em vários actos de solidariedade em prol de Timor.

Nas actividades deste grupo paulista, consta a edição, no decorrer deste ano, de um livro sobre Timor Leste que será composto por vários módulos informativos, com diferentes abordagens sobre os múltiplos aspectos político-culturais desta questão, entre as quais se encontra a tradução de parte da obra *East Timor, Genocide in Paradise* do americano Mathew Jardine e uma compilação de artigos de vários autores brasileiros.

ESPANHA: O TEMPO DA COLHEITA

Conforme nos contou Jose Rocamora, um activista espanhol da causa timorense, a difusão desta questão parece assumir formas promissoras no país vizinho.

Assim, pela mão do deputado socialista das Cortes valencianas e ex-alcaide de Elche, Manuel Rodriguez, as referidas Cortes aprovaram, por unanimidade, uma resolução em que se exige a autodeterminação para aquele território e a libertação dos presos políticos, entre os quais o timorense Xanana Gusmão e o indonésio Muchtar Pakpahan.

O texto da resolução, aprovado por todos os partidos representados, foi enviado à Embaixada indonésia em Madrid, aos parlamentos nacional e autonómico e ao Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan.

Por outro lado, a deslocação, em Maio, de uma delegação da Resistência Timorense composta por José Ramos-Horta e Luís Cardoso, teve vários momentos altos. Destaca-se o encontro com o Secretário de Estado das Relações Internacionais (segunda figura do Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol), que recebeu a referida delegação na ausência do ministro que se encontrava nesse dia em Moscovo, em que este manifestou o firme apoio do seu governo às propostas que Portugal apresente nos *fora* internacionais.

Outro momento alto ocorreu com a deslocação a Elche, onde cerca de 300 pessoas assistiram a uma conferência de Ramos-Horta no Centro de Estudos Universitários de San Pablo (uma universidade privada com sede naquela cidade) e que recebeu uma «*notável cobertura dos meios de comunicação provinciais e regionais, tendo inclusive sido transmitida na íntegra por uma televisão comarcã*». «*O tempo da colheitas chegou*» conclui Rocamora.

NOBEL DA PAZ: ÉTICA, PRECISA-SE

«*Cinco laureados com o Prémio Nobel da Paz, incluindo o Dalai Lama e José Ramos-Horta, apelaram às nações do Mundo para limitarem as transferências de armas para regimes opressivos*» (*Reuter*, 29/5/97). O sobrevivente do Holocausto, Elie Wiesel, o mediador de paz da Irlanda do Norte, Betty Williams e o antigo presidente da Costa Rica, Oscar Arias, juntaram-se aos 2 outros Prémios Nobel da Paz, já referidos, para subscreverem um "Código Internacional de Conduta Sobre Venda de Armas".

O documento, que foi também endossado pelo ex-presidente americano Jimmy Carter, o bispo sul-africano Desmond Tutu e o político polaco Lech Walesa, estipula que governos que violem os direitos humanos, cometam genocídios ou se envolvam em agressões a outros povos, devem ser impedidos de adquirir armamento.

«*Em matéria de política externa chegou o tempo de introduzir algumas preocupações éticas*» afirmou Wiesel à audiência, composta por jornalistas e activistas, que se juntaram na Catedral de *St. John the Divine*, em Nova Iorque.

R. UNIDO: INSÓLITA PROTECÇÃO

Pelo 2º ano consecutivo, a assembleia anual dos accionistas da empresa britânica *British Aerospace* (BA), responsável pela exportação de caças *Hawk* para a Indonésia, foi monopolizada por acções de activistas ingleses protestando contra a venda de armas da referida empresa ao governo indonésio.

Durante a reunião, a direcção da BA foi «*obrigada a expulsar quase metade dos accionistas presentes (...), depois dos directores, dispostos atrás de plásticos protectores, terem sido confrontados com protestos permanentes*» (*The Guardian*, 17/5/97).

A segurança da empresa teve que escoltar (ou mesmo arrastar) 122 accionistas, entre um coro de acusações e protestos, até ao exterior do edifício.

Durante os 45 minutos que duraram os protestos, os directores mantiveram-se sentados, protegidos por uma barreira de plástico transparente enquanto várias filas de cadeiras eram mantidas vazias, separando-os dos primeiros accionistas (empregados escolhidos) por uma terra de ninguém.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317